

Falta de quórum é o maior problema

Josemar Gonçalves — 23/5/94

A falta de quórum nas sessões é o que há de mais irritante no trabalho legislativo, na opinião do senador Esperidião Amin (PPR-SC), um dos parlamentares mais assíduos — orgulha-se de não ter faltado a nenhuma sessão da Revisão Constitucional. “Os revisionistas eram maioria, mas perdiam no quórum”, reclama o senador. Amin propõe que a exigência do quórum nas sessões normais caia de maioria simples para 30% — exceto no caso das emendas constitucionais, que, em sua opinião, devem ser votadas com três quintos de presenças. Ele defende ainda o fim da “cultura do acobertamento do faltoso”.

A Constituição prevê a cassação dos parlamentares que faltarem a mais de um terço das sessões no ano legislativo. Mas os mandatos dos gazeteiros são assegurados por mecanismos criados pela Câmara. Além de não contar presenças às segundas e sextas-feiras, basta uma decisão administrativa da Mesa pa-

ra abonar faltas. Cada falta representa desconto de 1/30 avos do salário do parlamentar. A Mesa só fornece a relação das presenças com autorização do parlamentar.

Oficialmente, a Mesa considera como faltas justificáveis as licenças médicas, nomeações para cargo fora do Congresso, viagens autorizadas pela Câmara ou morte da pessoa da família. “Os casos omissos” também são decididos pela Mesa e sob essa classificação entra qualquer justificativa, sejam compromissos políticos nos estados ou problemas de ordem pessoal.

“Isso gera a lei da inércia”, resume Esperidião Amin. Para ele, a raiz do problema está no excesso de parlamentares e de partidos: “Com um Congresso desse tamanho e o número de partidos que a gente tem, com líderes de si mesmo, dificilmente vamos conseguir avançar”, diz.



Amin: na revisão, a maioria dos que queriam mudar perdia no quórum

O deputado José Genoíno (PT-SP) acha que é possível tentar. Uma ideia é mudar a semana parlamentar, que atualmente vai de terça a quinta — “mas, na verdade, só dá quórum na quarta”, determinando trabalhos de plenário e comissões

de segunda a sexta, durante três semanas no mês. “Uma semana por mês o deputado volta para casa e se dedica às bases. E a imprensa tem como fiscalizar se ele está trabalhando nas bases mesmo”, defende o deputado petista.